

## O TORNAR-SE SUJEITO NOS CURRÍCULOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: PENSANDO OUTRAS GENEALOGIAS COM AS IDENTIDADES DISSIDENTES

BECOMING A SUBJECT IN SCIENCE AND BIOLOGY CURRICULA: THINKING OTHER GENEALOGIES THROUGH DISSIDENT IDENTITIES

CONVERTIRSE EN SUJETO DE CURRÍCULO DE CIENCIA Y BIOLOGÍA: PENSAR OTRAS GENEALOGÍAS CON IDENTIDADES DISIDENTES

*Catarina de Cassia Moreira<sup>1</sup>; Marcia Serra Ferreira<sup>2</sup>*

### Resumo

O artigo reflete acerca de como as identidades dissidentes (Paul B. Preciado) têm sido subjetivadas nos (e pelos) currículos de Ciências e Biologia. No diálogo com Michel Foucault, Judith Butler e Thomas Popkewitz, analisa produções acadêmicas nos anais do ENEBIO (2016 e 2018), problematizando como os discursos acadêmicos participam dos processos de tornar-se sujeito, produzindo pesquisas e relatos que nos informam quem devemos ser em termos de gêneros e sexualidades e, simultaneamente, que conhecimentos devemos ensinar e aprender sobre essas temáticas. Em meio aos jogos de saber e poder, assume a produtividade de se pensar genealogias outras, assim como construir espaços-tempos para possibilitar discursivamente outros modos de ser e estar no mundo, que não só aquelas cisgêneras e heterossexuais.

**Palavras-chave:** Currículo; Ensino de Ciências e Biologia; Identidades dissidentes; Subjetivação.

### Abstract

This paper reflects about how dissident identities, in line with Paul B. Preciado's discussions, have been subjectified in, and subjectified by Science and Biology curricula. Supported by Michel Foucault, Judith Butler and Thomas Popkewitz, we set out to analyze studies presented at ENEBIO (2016 and 2018), questioning how academic discourses take part in the processes of becoming a subject, as they bring about research and reports that inform us who we should be in terms of genders and sexualities while, at the same time, deciding what knowledge should we teach and learn about regarding these issues. We assume, amidst games of knowledge and power, the productivity of thinking about different genealogies, as well as assembling space-times to discursively enable other ways of being and being in the world, other than those of the heterosexual and cisgender norms.

**Keywords:** Curriculum; Science and Biology Teaching; Dissident identities; Subjectivation

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Doutoranda em Educação. Bolsista Capes/PROEX - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. **E-mail:** [catherine.cassia@gmail.com](mailto:catherine.cassia@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora Associada - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Bolsista de Produtividade 1D/CNPq e Cientista do Estado do Rio de Janeiro (CNE/Faperj). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. **E-mail:** [marciaserra.f@gmail.com](mailto:marciaserra.f@gmail.com)



## Resumen

El artículo reflexiona sobre cómo las identidades disidentes (Paul B. Preciado) han sido subjetivizadas en (y por) los planes de estudio de Ciencias y Biología. En diálogo con Michel Foucault, Judith Butler y Thomas Popkewitz, analiza producciones académicas en los anales de ENEBIO (2016 y 2018), problematizando cómo los discursos académicos participan en los procesos de devenir sujeto, produciendo investigaciones e informes que nos dicen quiénes debemos ser en términos de géneros y sexualidades y, al mismo tiempo, qué conocimientos debemos enseñar y aprender sobre estos temas. En medio de los juegos de conocimiento y poder, asume la productividad de pensar en otras genealogías, además de construir espacio-tiempos para posibilitar discursivamente otras formas de ser y estar en el mundo, no solo cisgénero y heterosexuales.

**Palabras clave:** Currículum; Enseñanza de la ciencia y la biología; Identidades disidentes; Subjetivación.

\*\*\*

*O que chamamos de subjetividade não é mais que a cicatriz deixada pelo corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido. Sobre essa cicatriz assenta-se a propriedade, funda-se a família e lega-se a herança. Sobre essa cicatriz, escreve-se o nome e afirma-se a identidade sexual.*

*Paul B. Preciado (2020)*

## 1 Inquietações iniciais

Esse artigo tem como objetivo contribuir para reflexões acerca de como *identidades dissidentes* têm sido subjetivadas nos (e pelos) currículos de Ciências e Biologia. Interessa-nos, especificamente, compreender como esses currículos, ao se ocuparem do ensino de conhecimentos biológicos ligados aos corpos humanos, em especial os gêneros e as sexualidades, participam ativamente da constituição de um modo de pensar sobre *quem* somos e *o que* devemos saber. Para realizar essa tarefa, analisamos produções acadêmicas veiculadas em edições recentes do mais importante evento da área de Ensino de Ciências e Biologia – o Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENE BIO) -, que é organizado bianualmente pela Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio).

Ele foi produzido no âmbito do *Grupo de Estudos em História do Currículo*, fazendo parte de um empreendimento coletivo em torno da construção de uma *abordagem discursiva* para a investigação histórica dos currículos como História do Presente (ver, por exemplo, FERREIRA, 2013 e 2015; FERREIRA & SANTOS, 2017; FERREIRA & MARSICO, 2020; MARSICO & FERREIRA, 2020). Nela, assumimos as produções acadêmicas como parte da “massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva”, constituindo parte do arquivo por meio do qual podemos perceber a *positividade* de um discurso, no sentido proposto por Michel Foucault (2010, p. 144). Em tal movimento, nossa intenção não se refere a uma busca por qualquer *verdade* anterior ou intrínseca ao discurso; diferentemente, são as condições de enunciação do mesmo que nos têm interessado, uma vez que nos possibilitam entender “que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2010, p. 144).

Nossa opção pela noção de *identidades dissidentes* toma como referência o que Paul B. Preciado (2020, p. 28) afirma acerca da sua própria identidade, percebendo-se no mundo como um “dissidente do sexo-gênero. Uma multiplicidade do cosmos encerrada num redime político e epistemológico binário. Um uranista confinado nos limites do capitalismo tecnocientífico”. Essa é também a percepção das autoras desse texto, mulheres trans e cis interessadas em problematizar os modos de confinamento binários que tornam *invisíveis* as muitas outras maneiras de ser e de estar no mundo. É com ela, portanto, que associamos a experiência de uma doutoranda em educação travesti com projetos de pesquisa que percebem os discursos participando das “formas normalizadoras de constituição da realidade, definindo quem *pode* e quem *não pode* dizê-los em determinadas posições, tempos e contextos” (FERREIRA, 2013, p. 83). Aqui, especificamente, nos voltamos para pensar em como os discursos acadêmicos participam de todo esse processo, produzindo pesquisas e relatos que nos informam quem devemos ser em termos de gêneros e sexualidades e, simultaneamente, que conhecimentos devemos ensinar e aprender sobre essas temáticas nos currículos escolares.

## 2 Sobre a multiplicidade de sentidos em produções acadêmicas: investigando os Anais do Encontro Nacional de Ensino de Biologia (2016-2018)

Na montagem do arquivo de pesquisa, como já explicitado, optamos pela análise de produções acadêmicas veiculadas em edições recentes do ENEBIO: o sexto encontro, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEL) em 2016<sup>3</sup>; o sétimo encontro, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2018.<sup>4</sup> Tal opção refere-se ao fato de considerarmos o ano de 2015 um marco teórico nos estudos sobre *identidades dissidentes* na educação, tendo em vista os efeitos da Resolução nº 12, de janeiro de 2015, que “estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino” (BRASIL, 2015, p. 01). Afinal, essa legislação emerge como a primeira política pública da área da Educação no Brasil voltada para as pessoas que não estão em conformidade com a cisnormatividade (MOREIRA, 2020).

Assumindo o ato de nomear como um aspecto importante nos processos de significação, buscamos os descritores *gênero* ou *sexualidade* nos títulos dos trabalhos a partir das ferramentas de busca nos anais dos eventos. Em um total de 1.601 produções nas duas edições do evento (699 em 2016; 902 em 2018), foram encontrados 45 trabalhos (25 em 2016; 20 em 2018). A leitura dos títulos e resumos permitiu, inicialmente, a exclusão de 2 produções, que se relacionavam à temática dos gêneros textual e musical. Posteriormente, excluímos as 8 produções que não se referiam, centralmente, ao ensino fundamental e médio, assim como à

<sup>3</sup> Os anais do VI ENEBIO culminaram na edição nº 9 da Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio.

<sup>4</sup> Esses foram os dois últimos eventos com os anais já publicados e disponibilizados na página da SBEnBio ([www.sbenbio.org.br](http://www.sbenbio.org.br)). A oitava edição, que ocorreria em abril de 2020, foi transferida para janeiro de 2021 por conta da Pandemia da Covid19, não tendo ainda divulgado os seus anais. Nosso último acesso aos textos analisados ocorreu em 9 de março de 2021.

formação de professores para a área<sup>5</sup>, ficando o arquivo final de pesquisa com 35 trabalhos (20 em 2016; 15 em 2018).

Na análise desse arquivo, evidenciamos que grande parte dos trabalhos discutem e relatam experiências de ensino nas salas de aula da educação básica voltadas para a abordagem de temáticas que giram em torno dos gêneros e das sexualidades. Em tais experiências, é enunciada a necessidade de refletir sobre as formas de discriminação que são produzidas e disseminadas nas escolas, com vistas a desconstruir e a ressignificar formas cristalizadas de ser e estar no mundo. Nelas, também emergem enunciados voltados para a urgência na capacitação dos (e incentivo aos) professores para trabalhar com essas temáticas em sala de aula, enfrentando os entraves morais e a falta de conhecimento sobre as mesmas. No diálogo com Thomas Popkewitz (2020), assumimos que essa necessidade e urgências são produzidas em meio a um *sistema de pensamento*<sup>6</sup> que incorpora determinadas *teses culturais* sobre como os nossos corpos devem ser. Para esse autor, focalizar esse *sistema* significa “considerar as regras e os padrões que ordenam as práticas curriculares e do ensino. Essas regras e padrões são historicamente produzidos e funcionam como teses culturais sobre como a criança é e deve viver” (POPKEWITZ, 2020, p. 49). Isso significa perceber que as classificações e categorizações que criamos para falar sobre os estudantes como mais ou menos aptos ou inteligentes, mais ou menos adequados socialmente, geram teses culturais sobre quem são (todos) esses sujeitos e, simultaneamente, sobre quem não se encaixa nesse conjunto (POPKEWITZ, 2020).

No caso desse estudo, interessa-nos refletir sobre como as experiências de ensino relatadas no ENEBIO e que focalizam os gêneros e as sexualidades participam de todo esse processo, deslocando-nos de regras e padrões que vieram, historicamente, produzindo *teses culturais* sobre todos os corpos humanos e, simultaneamente, sobre os corpos *desencaixados* ou, no dizer de Paul B. Preciado (2020), *dissidentes*. Vale ressaltar que, nesse movimento teórico proposto por Thomas Popkewitz (2020), não estaremos nos colocando (ou o nosso arquivo de pesquisa) fora do *sistema de pensamento* que veio produzindo, historicamente, os nossos corpos no ensino de Ciências e Biologia. Aqui, diferentemente, assumindo com Michel Foucault (2015) que não há nada fora das relações de poder e que este é sempre produtor de efeitos, estamos mais fortemente interessadas em perceber como, nas práticas discursivas de (e sobre) gêneros e sexualidades endereçadas a escola, os sujeitos se tornam professores e estudantes.

---

<sup>5</sup> Elas se referem ao mapeamento e análise de produções acadêmicas, à ensaios mais centralmente teóricos e à inserção de mulheres na atividade científica.

<sup>6</sup> Do original *systems of reason*, que em português tem sido traduzido tanto como *sistemas de razão* (POPKEWITZ, 2020) quanto como *sistemas de pensamento* (JAEHN; FERREIRA, 2012; LIMA; GIL, 2016).

## 2.1 Ensino de Biologia: sobre gêneros e sexualidades entre jovens e adultos

Em produções endereçadas ao ensino médio, evidenciamos que grande parte dos trabalhos se movimentam no sentido de instigar e fomentar espaços-tempos para que estudantes e professores reflitam sobre as questões que envolvem a temática gêneros e sexualidades no ensino de Biologia. Percebemos que tal reflexão é parte do processo de formação de cidadãos críticos e capazes de eliminar práticas de violências. Nas produções analisadas, identificamos que o reconhecimento de vivências outras, que não cisgêneras e heterossexuais, faz parte do movimento de tornar-se estudante e professor do ensino médio, agentes de um processo constante de formação e de desconstrução.

Evanilson Carvalho Filho (2016), por exemplo, produz uma sequência didática sobre a temática em turmas do 1º ano “após observar o gosto de alguns alunos por músicas que inferiorizam a figura feminina em detrimento da masculina” (CARVALHO FILHO, 2016, p. 1412). Em suas reflexões, o autor constata que grande parte das concepções sobre as ideias de ser homem e mulher estão atreladas à genitália. Também voltada para o 1º ano do ensino médio, Bianca Figueiredo (2016, p. 2267) assume uma “forte relação entre classe social e papéis de gênero” ao utilizar imagens representativas de “características e atividades socialmente aceitas como masculinas ou femininas” para instigar os estudantes a reconhecerem a *invisibilidade* e segregação social de gênero que a *norma* produz. Neilton dos Reis & Raquel Pinho (2016, p. 3716), por sua vez, partiram dos resultados de uma pesquisa com egressos desse nível de ensino, no Rio de Janeiro, que possuem identidades não-binárias, com vistas a “suscitar uma ação reflexiva que relacione as aulas de Ciências e Biologia com a diversidade trazida por tais estudantes”. Tomando como referência as experiências de discriminação vividas na escola, o autor e autora assumem que o planejamento de ações pedagógicas “intencionalmente representativas, escapando dos exemplos restritos ao binarismo e à heteronormatividade reduziria as chances de tratar as diferenças de gênero e sexualidade como moralmente incorretas ou biologicamente patológicas” (REIS; PINHO, 2016, p. 3726).

Com foco nas IST's, Adriane Gôngora & Heloisa Silva (2016) partem de uma oficina com adolescentes para problematizar essa temática e gerar reflexões positivas sobre a sexualidade. Para as autoras, é imprescindível que a escola produza práticas pedagógicas adequadas sobre as questões que envolvem a sexualidade e a diversidade sexual, “pois é nesse espaço que os preconceitos, a violência e os deboches são produzidos, havendo a necessidade de repensar a respeito da educação sexual, de forma a interferir nos processos sociais, históricos e culturais que originaram essas desigualdades entre os sexos” (GÔNGORA; SILVA, 2016, p. 4247). Em direção semelhante, ainda que nomeando as IST's de DST's (*sic*), Carolina Folino, Thiago Jose Rebello, Taíze Duarte, Lais Araújo, Reynaldo Oliveira & Débora Lage (2016) relatam experiências de ensino (aula expositiva dialógica e produção de cartazes) com o 2º ano do ensino médio em escola no Rio de Janeiro, com vistas a contribuir para uma aprendizagem significativa e capaz de formar cidadãos críticos em relação à temática.

Centrados na formação do professor de Biologia, Hylio Fernandes & Bianca Figueiredo (2016) desenvolvem reflexões sobre o ensino e a formação a partir de experiências no estágio supervisionado no 1º ano do ensino médio, com foco nas temáticas de gênero e sexualidade. Segundo o autor e a autora, a escola “tem se mostrado apática perante a diversidade e as discriminações decorrentes de preconceitos; reproduzindo a cultura da heteronormatividade inflexível, da dicotomia de gênero e reforça o determinismo de papéis sociais”, sendo necessária uma formação de professores voltada para a desconstrução de preconceitos e para lidar com as relações desiguais e as situações de opressão (FERNANDES; FIGUEIREDO, 2016, p. 2218). Neilton dos Reis, Lana Claudia Fonseca & Raquel Pinho (2016), por sua vez, produzem reflexões sobre a formação e os saberes de quatro docentes sobre as referidas temáticas. Para o autor e as autoras, a abordagem das mesmas nos cursos de licenciatura da área “pode auxiliar na compreensão sobre identidade e diferença, e no posterior trabalho nas salas de aula” (REIS; FONSECA; PINHO, 2016, p. 3739).

Também interessados na formação de professores, Ana Kamila Lima, Aline Santos, Thiago Guerra, Naele da Rocha, Victória Lindolfo & Carlito Silva Júnior (2016) abordam as vivências em um curso de férias oferecido na Universidade Federal do Ceará (UFC), com foco na temática “ser cientista e mulheres na ciência”. Nele, a partir de atividades realizadas com o ensino médio, autoras e autores buscaram desconstruir estereótipos, questionando a “imagem masculinizada do cientista, visto como o único agente produtor da ciência” (LIMA *et al.*, 2016, p. 5402). Em direção semelhante, Bianca Figueiredo & Hylio Fernandes (2018) discutem as percepções de estudantes, entre dezesseis e dezoito anos, de uma escola periférica do interior de São Paulo sobre as diferentes possibilidades de carreiras e a ocupação do mercado de trabalho por homens e mulheres. Com foco em seminário sobre essa mesma temática na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mariana Cassab & Cláudia Avellar (2016, p. 4775) divulgam “as experiências formativas desenvolvidas no âmbito do seminário *Mulheres na Ciência*, centrando-se no debate que cerca o trabalho de concepção e produção das atividades desenvolvidas em torno da temática do evento”. Questionando quais “saberes docentes são necessários para efetivar um trabalho pedagógico considerando questões de gênero no Ensino de Biologia?”, Vinícius Bastos (2016, p. 5980) problematiza as ideias cristalizadas sobre o desinteresse das mulheres pela Educação Científica e a imagem masculina ‘naturalmente’ atribuída às carreiras científicas e tecnológicas.

Yuri Coelho, Gleice Castro, Letícia Moura & Sinaida Vasconcelos (2018) analisaram a percepção de concluintes do Ensino Médio sobre os seguintes conceitos relacionados à sexualidade: Orientação Sexual, Identidade de Gênero, Sexo Biológico, Transexualidade, Relação Sexual e Métodos Contraceptivos. Com a aplicação de questionários em 48 estudantes, eles constatam que transexualidade e gênero são os conceitos que apareceram com mais frequência nas respostas. Assumindo que há um grande nível de desinformação sobre esses conceitos, autor e autoras argumentam em favor da “orientação sexual em qualquer nível de ensino”, engajando os profissionais da educação na elaboração de ações que “favoreçam o esclarecimento de dúvidas e desmistificação de tabus inerentes à sexualidade humana,



reconhecendo-os como peças imprescindíveis para a construção de identidades sexuais” (COELHO *et al.*, 2018, p. 1720). Em direção semelhante, Paulo Ricardo Sousa & José Roberto Feitosa Silva (2016) afirmam que os educadores devem se embasar teoricamente para lidar com os temas relacionados aos corpos, sexualidades e gêneros. Com tal premissa, os autores discutem as dúvidas e reflexões de estudantes de três escolas de Ensino Médio da rede estadual do Ceará que participaram de oficinas oferecidas por um projeto na UFC com as seguintes temáticas: corpos e expressões; corpos e impressões; relacionamentos; relações socioculturais; sexo e corpo; sexualidade e gênero.

Na disputa de sentidos em relação ao tornar-se sujeito, também se incorporam teses culturais sobre como o estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deveria vir a ser. Em tal disputa, reconhecemos que a valorização dos saberes sobre a temática gênero e sexualidade assume outros contornos. No trabalho de Suzane Cabral, Marcos Lopes de Souza, Laís Souza, Beatriz Santos, Roniel Figueiredo, Rita de Cássia Côrtes & Fernanda Santana (2016), por exemplo, ao acessarem as concepções dos estudantes da modalidade sobre a disciplina *Educação para a Sexualidade* oferecida na rede municipal de Jequié (BA), esses autores constatarem em entrevistas o interesse dos estudantes pela disciplina e o reconhecimento de sua importância. Tal interesse refere-se às dificuldades enfrentadas pelos estudantes em discutir a temática no ambiente familiar. Ainda assim, a escola “parece centrar-se no discurso biológico (anatômico), essencialista, informativo e no caráter prescritivo, desconsiderando as construções socioculturais e as diversas possibilidades de vivências das sexualidades” (CABRAL *et al.*, 2016, p. 7036).

Rúbia Amanda Franco & Danilo Kato (2018), analisando uma aula em um cursinho popular, destacam como os estudantes de outros processos educacionais – que não os do ensino regular –, redimensionam a temática a partir da necessidade de tensionar as fronteiras entre orientação sexual e identidade de gênero. A autora e o autor evidenciam o papel de uma das estudantes – feminista e homossexual – no questionamento do planejamento da aula, o que levou a mudanças na mesma. É nesse contexto que, “no processo de mediação, o conceito de Biodiversidade emergiu no decorrer da aula, a partir das interações entre os professores-alunos, por meio de discussões sobre gênero e orientação sexual” (FRANCO; KATO, 2018, p. 4073).

As práticas discursivas normativas do sistema sexo-gênero cisgênero também se reiteram e se multiplicam nos materiais didáticos destinados ao ensino e à formação de professores. Luisa Machado & Sandra Selles (2018, p. 5395), analisando a abordagem da reprodução humana e da orientação sexual no ensino do corpo humano em dez livros didáticos de Biologia, questionam as alegações de movimentos conservadores de que o ensino dessas temáticas não seria ‘obrigatório’. Para as autoras, tais alegações não levam em conta os processos que constituem as tradições disciplinares, desconsiderando que “é o mundo vivido dos alunos, atravessado por pressões culturais diversas, que informa a produção curricular e contribui para que a escola seja um espaço de trocas e de questionamentos, aberto e dinâmico, distinta, portanto, dos espaços doutrinários e de cultos religiosos” (MACHADO & SELLES, 2018, p. 5404). Tal posição é reafirmada por Wellington Lima, Fernanda Meglhoratti &



Lourdes Justina (2018) ao analisarem documentos normativos educacionais da esfera federal, com efeitos nos ensinamentos fundamental e médio, os quais reafirmam a sexualidade como tema de debate nos currículos escolares, ainda que haja um retrocesso nas políticas recentes.

Rosilene Gonçalves & Guaracira Gouvêa (2018), por sua vez, focam nas relações de gênero presentes nas imagens em materiais didáticos da Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), evidenciando o quanto as mesmas podem carregar mensagens ideológicas e ‘invisibilizar’ a mulher. Buscando a adoção de outros materiais no ensino, Ailson Sales & Sandra Bastos (2018) propõem “pensar o cinema não apenas como recurso didático ou fonte de entretenimento, mas como uma forma de pensamento que produz discursos, institui regimes de verdade, fabricando sujeitos” (2018, p. 3650). Por meio da apresentação de filmes para alunos do Ensino Médio, busca-se abordar as temáticas gênero, sexualidade, etnia e raça, com vistas a adoção de valores e atitudes direcionados à eliminação de preconceitos. Em direção semelhante, procurando a adoção de outros referenciais para as experiências docentes com a temática reprodução humana, Helane Santos, Maria dos Remédios de Brito & Carlos Augusto Silva (2016) relatam o quanto o diálogo com Gilles Deleuze é profícuo para a produção de ações nas quais os estudantes, ao participarem do ensino “através de falas ousadas querendo saber mais sobre as sensações de prazer e menos sobre a função reprodutiva dos órgãos, demonstraram uma preocupação não apenas em aprender a Biologia dos órgãos reprodutivos, mas a expressão de suas sensações” (SANTOS; BRITO; SILVA, 2016, p. 4219).

## 2.2 Ensino de Ciências: sobre gêneros e sexualidades entre crianças e adolescentes

Nas produções endereçadas ao ensino fundamental, também encontramos algumas regularidades discursivas. Grande parte dos trabalhos discutem as experiências vividas nas salas de aula, as quais tensionam *normatividades* de cunho sexual, reprodutiva, cromossômica e genital expressas nos discursos dos sujeitos e materiais didáticos. Em muitos deles é enunciada uma *necessidade* de desconstrução de certas tradições curriculares, abrindo espaços em sala de aula para a discussão de temáticas relacionadas aos gêneros e sexualidades, com vistas a visibilizar outras formas de ser e de estar no mundo. Para realizar essa tarefa, a escola e a formação de professores têm que lidar com diversos entraves, o que inclui as questões morais familiares.

As dificuldades para a abordagem das questões de gêneros e sexualidades no ensino fundamental são apontadas por Mirtes Silva & Meiri Aparecida Miranda (2016, p. 4302) ao apresentarem “a análise de relatos de cinco professoras que atuam nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, descrevendo o modo como trabalham a Educação Sexual”. Segundo as autoras, tais profissionais relatam várias questões que dificultam o trabalho com a temática em sala de aula, como a falta de recursos, a masturbação em sala de aula, carência de formação continuada e a falta de vontade dos estudantes pela temática. Também buscando compreender as práticas docentes em torno dessas temáticas, Assis Wendell Cavalcante & Erika Mota (2016) investigam as percepções de professores do ensino fundamental (Ciências, Física e Química) sobre sexo



biológico, sexualidade e gênero. Segundo o autor e a autora, as dificuldades dos professores estão relacionadas à formação dos mesmos, sendo enunciada “a necessidade de capacitar os docentes nos conteúdos de educação e orientação sexual” (CAVALCANTI; MOTA, 2016, p. 2110). Já no texto de Luciana Viana, Rosalina Nascimento, Elioenai Oliveira, Charlván Lima & Andréa Cantanhede (2018), produzido a partir da análise de questionário aplicado em duas turmas do 9º ano, as dificuldades se referem à ausência de conversas sobre o tema no ambiente familiar dos estudantes, o que torna o assunto incômodo também na escola. Frente a essa questão, para essas autoras e autores é “necessário romper com a visão homogeneizadora, promovendo práticas educativas a partir de situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes promovendo relações interculturais positivas” (VIANA; NASCIMENTO; OLIVEIRA; LIMA; CANTANHEDE, 2018, p. 556).

Buscando enfrentar essas dificuldades, Isabele Carneiro, Laura Gomes, Talita Beleni & Ana Lúcia Moreira (2016) objetivam “descrever as experiências vivenciadas por professores em formação inicial durante o Estágio Supervisionado para o Ensino de Ciências, em uma oficina sobre sexualidade com alunos do ensino fundamental” (CARNEIRO *et al.*, 2016, p. 7441). As autoras evidenciam que, apesar de reconhecerem a dificuldade em abordar as temáticas em sala de aula, consideram importante que sejam abertos espaços para que os alunos possam dialogar e se expressar sobre elas. Em direção semelhante, Maikely Luana Feliceti, Claudinei Vieira, Everton Lozano, Fernanda Ferrari, Leide Daiane do Nascimento & Edineia Kaiper (2016, p. 5019) buscam “desenvolver atividades com estudantes do 9º ano de uma escola estadual pública em Dois Vizinhos (PR), “visando transpor informações sobre sexualidade como, valores, higiene, cuidados com o corpo e respeito à diversidade”. As autoras e autores reafirmam a importância de abordar essas temáticas com vistas a uma aprendizagem significativa em relação às diferenças entre sexo e sexualidade, assim como sobre o uso correto de contraceptivos.

Nesse movimento, outros conhecimentos biológicos são percebidos como capazes de auxiliar nessa tarefa. Luiz Gustavo Franco & Danusa Munford (2018, p. 3601), por exemplo, abordam a biologia do bicho-pau com vistas a utilizar o conceito de dimorfismo sexual com estudantes do 1º ano para tensionar as normatizações de gênero. Também os materiais didáticos são problematizados, buscando perceber como os mesmos atuam na constituição e na disseminação dos padrões e normas sobre o tema. Alexandre Luiz Polizel, Mateus Oka & Eliane Rose Maio (2016) vão nessa direção ao investigarem representações de corpo e sexualidade em seis livros didáticos de Ciências destinados ao oitavo ano e utilizados na rede pública de Maringá (PR). Em uma análise que evidencia normatividades em relação à sexualidade reprodutiva, genital, cromossômica, heterossexual e binária, pautadas em discursos de neutralidade científica, os autores e autora refletem sobre o livro didático como “norteador de currículos e verdades”, sendo produzido sob a óptica da sexualidade e produzindo efeitos nos sujeitos e nos espaços a serem habitados por eles (POLIZEL; OKA; MAIO, 2016, p. 4409).

Em direção semelhante, Dhemersson Warly Costa & Carlos Augusto Silva e Silva (2018, p. 4386) analisam o livro paradidático *Coisas que garotos devem saber*, buscando os processos de subjetivação envolvidos em um ensino de Ciências focado na sexualidade. Na análise, os autores reconhecem uma abordagem superficial sobre o tema, limitada às questões anatômicas e fisiológicas, com efeitos nos modos de subjetivação dos estudantes. Por fim, o uso das mídias é o foco de Helane Súzia Santos, Maria dos Remédios de Brito & Carlos Augusto (2016, p. 4878), que levantam a seguinte questão: “que processos de subjetivação referentes à sexualidade estão sendo reforçados no ensino de ciências?” As autoras e autor enunciam que a ciência reafirma papéis sociais de como é ser ‘macho’ e ‘fêmea’, sempre atrelado a verdades determinantes do sexo biológico. Eles nos convidam, então, a extrapolar dos conhecimentos biológicos engessados, fomentando discussões que permitam pensar outras possibilidades de ser e existir.

Na interface do ensino com a formação de professores, Ariel Nascimento & Luis Fernando Dorvillé (2016) investigam as percepções de docentes das duas etapas do ensino fundamental sobre os gêneros e as sexualidades, evidenciando que os professores “compreendem a importância da temática, mas ainda são influenciados por um padrão moralizador heteronormativo e se sentem ameaçados pela imposição cultural dominante, pais, escola e os problemas que podem acarretar no processo educativo” (NASCIMENTO; DORVILLE, 2016, p. 7256). Juliane Amorim, Débora Reis & Francisco Ângelo Coutinho (2018, p. 4649) propõem, a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, “discutir a participação da ciência moderna na constituição dos padrões normativos de gênero”. Analisando as perguntas apresentadas por crianças de 8 a 13 anos participantes do projeto, as autoras e autor destacam que as questões levantadas giravam em torno, principalmente, da padronização fisiológica dos corpos femininos e masculinos.

Em outra experiência formativa que articula universidade e escola, agora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) na Universidade de São Paulo, Rafael Lopes, Ana Luisa Vieira, Tatiane Falconi & Aline Nair Costa (2018) relatam suas experiências a partir da elaboração e uso de uma sequência didática investigativa para o Ensino Fundamental II sobre gênero e sexualidade, objetivando “identificar a desigualdade de gênero, a influência da cultura sobre a orientação sexual, e questionar os valores que estão inseridos nas músicas presentes no cotidiano das estudantes” (LOPES; VIERIA; FALCONI; COSTA, 2018, p. 1396). Em direção semelhante, José Sousa, Zenúbia Silva, Raimundo Nonato Santana, Cléia Maria Silva & Nádia Sueli Rocha (2018) relatam experiências vivenciadas em um Clube de Ciências desenvolvido em escola pública parceira da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança, objetivando “refletir sobre atitudes preconceituosas de sócios mirins com monitores homossexuais, tendo em vista problematizações sobre diferenças de sexualidade e de gênero” (2018, p. 4007). A partir das experiências com esses ‘sócios mirins’ do Clube de Ciências, estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os autores e autoras propõem práticas educativas que possam conscientizar e promover a inclusão, tendo em vista uma educação cidadã crítica e transformadora.

Assim como no ensino médio, também no ensino fundamental uma parcela das discussões sobre gêneros está centrada em reflexões sobre a condição da mulher. Júlia Silva & Terená Kanouté (2018), por exemplo, utilizam o caso de Rosalind Franklin em uma turma do 8º ano para ilustrar “aspectos sócio históricos que marcaram a inserção das mulheres na Ciência” (SILVA; KANOUTÉ, 2018, p. 4706), demarcando a ciência como um espaço que também produz desigualdades nas relações de gênero. Em outra produção, Fausto Lira, Flavia Maria Ramoneda, Rosana Louro Silva & Daniela Scarpa (2018) partem do uso de uma sequência didática em turmas do 8º e 9º anos, elaborada no contexto do Pibid da Universidade Federal de São Paulo (USP), objetivando que os estudantes “pudessem responder quais mudanças em relação à igualdade de gênero ocorreram na sociedade nos últimos anos e qual o nosso papel frente a essa mudança” (LIRA *et al.*, 2018, p. 3739).

### 3 Identidades dissidentes em territórios movediços: efeitos nos currículos de Ciências e Biologia

Colocando em diálogo as produções até aqui analisadas com o nosso objetivo inicial de contribuir para reflexões acerca de como *identidades dissidentes* têm sido subjetivadas nos (e pelos) currículos de Ciências e Biologia, percebemos como os deslocamentos provocados por entendimentos e práticas que questionam as tradições curriculares em torno da temática gêneros e sexualidades se movem em terreno ‘movediço’, uma vez que regulado por um *sistema de pensamento* que insiste em nos ‘encaixar’ em lógicas binárias. Isso não significa que os deslocamentos não são possíveis; significa, antes de tudo, que estes ocorrem em meio aos jogos de saber e poder que nos constituem e dos quais não escapamos. Ou seja, nossos deslocamentos reorganizam as classificações e categorizações por meio das quais acessamos *quem* somos e *o que* devemos saber (na relação com os *outros*). Não é por acaso que Thomas Popkewitz (2020), ao focalizar o modo como os *sistemas de pensamento* funcionam como teses culturais sobre *quem* somos, também discorre sobre quem não se ‘encaixa’ nas classificações e categorizações que produzem os discursos constituidores de *quem* nós somos e podemos ser. É assim que, segundo o autor, “o *político* da escolarização reside na formatação e modelagem do que é (im)possível. A *razão* da escolarização corporifica um estilo de pensamento comparativo que diferencia, distingue e divide” (POPKEWITZ, 2020, p. 49, *grifos originais*).

Nas práticas discursivas aqui enunciadas, ainda que os deslocamentos nos ‘movam’ para outros mundos possíveis, uma constante reiteração dos binarismos cis/trans e homem/mulher insiste em nos diferenciar, distinguir e dividir. São as identidades cisgêneras que funcionam, muitas vezes, reiterando fixações de gêneros e sexualidades, corroborando com violências e intolerâncias, em específico com fobias LGBTI+. Mais do que pensar em tais violências, intolerâncias e fobias concentradas em indivíduos – os *agentes soberanos da linguagem*, como diria Butler (1977) –, interessa-nos perceber, como já explicitado, o *sistema de pensamento* que nos constitui e que nos leva a tensionar e, simultaneamente, a fragmentar os currículos. É nessa perspectiva que retomamos aqui os modos como os conhecimentos sobre os gêneros e as sexualidades vêm sendo empreendidos no ensino de Ciências e Biologia.

Nas produções aqui analisadas, percebemos que 9<sup>7</sup> dos 35 trabalhos relatam experiências educacionais preocupadas em identificar, questionar e tensionar ideias relacionadas à padronização dos corpos e identidades. Nesses trabalhos, identificou-se a necessidade de perceber como o ensino de Ciências e Biologia ainda carregam, em seus currículos, ideias ‘cristalizadas’ sobre como os corpos e identidades deveriam ser. Podemos pensar, por exemplo, na regularidade com que a representação dos aparelhos reprodutores *feminino* (ovários, tubas uterinas, útero, vagina e vulva) e *masculino* (vesícula seminal, próstata, canal deferente, epidídimo, testículos, uretra e pênis) ‘inunda’ as nossas aulas e materiais didáticos. Judith Butler (2020) nos auxilia a ‘desnaturalizar’ essas cristalizações ao questionar “o caráter imutável do sexo”, aproximando esse constructo dos debates que vimos produzindo acerca do gênero. Afinal:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado *sexo* seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre gênero e sexo revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2020, p. 27, *grifo original*).

---

<sup>7</sup> Ver Amorim, Reis & Coutinho (2018); Cabral *et al.* (2016); Carvalho Filho (2016); Costa & Silva (2018); Fernandes & Figueiredo (2016); Franco & Munford (2018); Polizel, Oka & Maio (2016); Santos, Brito & Augusto (2016); Santos, Brito & Silva (2016).

Esses 9 trabalhos indicam a urgência de lançarmos olhares para as gramáticas institucionais das Ciências e Biologia, percebendo como os currículos das mesmas vieram participando, historicamente, da constituição de *teses culturais* acerca de como deveríamos ser e estar no mundo. Nesse processo, Paul B. Preciado (2018) nos auxilia a refletir acerca de como os currículos de Ciências e Biologia se tornaram objetos de gestão política da vida. Afinal, as *dissidências* emergem da travessia nos currículos (PRECIADO, 2020), sufocadas pela necessidade compulsória de atribuir identidades fixas e estanques à materialidade dos corpos. Elas emergem das brechas, na tentativa de remontar e reinventar (BUTLER, 2019) formas possíveis de coexistir nos (e com os) currículos historicamente posicionados. Reinventar as gramáticas institucionais dos currículos requer, portanto, a cooperação de agendas políticas docentes e discentes, locais e nacionais. Para tal, torna-se necessário reivindicar “uma reorganização dos sistemas de signos, uma modificação dos rituais políticos que definem o reconhecimento social de um corpo como são, [...] uma nova linguagem e uma nova cena de enunciação” (PRECIADO, 2020, p. 25).

Sobre as brechas que se abrem e nos possibilitam ver os modos de vida *dissidentes* de um regime político e epistemológico binários, trazemos aqui a história da jovem trans estadunidense Mikey Chanel<sup>8</sup>, assumindo que a mesma nos auxilia no questionamento proposto por Judith Butler (2020). Aos 18 anos, a jovem surpreendeu o mundo com a descoberta de uma gravidez de 4 meses. Sim, Mikey é uma garota trans, possui um pênis e está grávida. Ela foi criada como um menino, justamente para atender as expectativas de gênero de seu órgão genital. Aos 13 anos revelou-se gay, e mais tarde começou a se identificar e a se posicionar como uma menina trans. Ao realizar exames de rotina, a jovem recebeu o diagnóstico de *Persistent Mullerian Duct Syndrome* (PDMS), uma síndrome rara em que se arbitra que adolescentes fenotipicamente do sexo masculino abrigam órgãos reprodutivos femininos (AW *et al.*, 2016). Ela optou, então, por fazer uma inseminação artificial e, com auxílio de estrogênio, prosseguiu com uma gestação que tinha apenas 20% de chance de sucesso. Segundo a Revista Crescer, a jovem relata que sempre soube que era (e se sentia) uma mulher, ainda que algumas literaturas médicas a compreendam como alguém do sexo masculino com uma

---

<sup>8</sup> Relato coletado da **Revista Crescer**. Disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/noticia/2020/11/jovem-trans-criada-como-um-menino-fica-gravida-apos-descobrir-que-tem-orgaos-reprodutores-femininos.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

síndrome sexual do desenvolvimento. Assumimos com Judith Butler (2020) que o cerne da questão aqui não se refere a identificar quem profere as *verdades* sobre o que entendemos por sexo. Diferentemente, nos inquieta como historicamente sustentamos ideias – ou lê-se, *verdades* – que corroboram para determinadas invisibilidades. Afinal, como nos provoca a autora, “haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?” (BUTLER, 2020, p. 27).

Assim como a intersexualidade em Mikey Chanel (des)territorializa as noções sobre o sexo-gênero, outras identidades também empreendem esse movimento, com efeitos no ensino de Ciências e Biologia. Assumimos que as produções acadêmicas aqui investigadas, ao problematizarem as classificações e categorizações que vieram nos constituindo nas aulas dessas disciplinas escolares, são produtoras de efeitos em todo esse processo, possibilitando deslocamentos que ressignificam as tradições curriculares. O que nos inquieta, no entanto, é o quanto esses deslocamentos podem ser ‘encaixados’ nessas mesmas classificações e continuarem tornando invisível outras *identidades dissidentes*. A insistência em produzir ‘soluções’ que investem na agência do indivíduo professor, capaz de desconstruir os estudantes, tornando-os críticos – e não nos efeitos positivos do poder, no sentido proposto por Michel Foucault (2015) – é produtora de movimentos que não questionam o *sistema de pensamento* que nos faz pensar o mundo binariamente. Isso significa pensar com esse autor a crítica em outros termos, isto é, no dizer de Judith Butler (2013, p. 160), como uma prática que “não apenas suspende o juízo, mas que também oferece uma nova prática de valores, baseada nesta própria suspensão”.

Somos convidadas por Michel Foucault (2015), Judith Butler (2020) e, no campo do Currículo, por Thomas Popkewitz (2010 e 2020), a pensar sobre outras genealogias. Em tal movimento, repensamos como as conceituações estanques reverberam na formação desse estudante e cidadão, não apenas no sentido de sua formação acadêmica, mas como isso atribui sentidos ao reconhecimento das identidades e diferenças de gênero na convivência social. Tudo isso nos remete ao que Michel Foucault (2015, p. 268) enfatiza ao dizer que a *insurreição dos saberes* não trata-se de uma luta “contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado”. Seria possível pensar uma *genealogia* no/do

ensino de Ciências e Biologia que não minorizasse saberes que vão além dos discursos científicos já estabelecidos? (FOUCAULT, 2015).

Para Judith Butler (2019) a sujeição é o movimento de tornar-se subordinado pelo poder. Essa subordinação confere existência ao sujeito; ela constitui o processo de tornar-se sujeito. É evidente que esse processo atravessa disputas entre a ‘unidade’ e as diversidades. Se faz importante, então, pensar genealogias outras que permitam a vazão da diferença. Construir espaços e tempos para possibilitar outras maneiras de ser e estar no mundo, que não só aquelas cisgêneras e heterossexuais. Afinal, como enfatiza Thomas Popkewitz (2020, p. 49), qualquer enunciado que, nesse *sistema de pensamento*, nos reúne como um todo, “corporifica [a] desigualdade no impulso pela igualdade”.

## Referências

AW, Lin Da et al. Persistent Mullerian Duct Syndrome: a rare entity with a rare presentation in need of multidisciplinary management. **Int. Braz J. Urol.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1237-1243, Dec. 2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167755382016000601237&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167755382016000601237&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 Nov. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Poder Executivo, Brasília-DF, 12 de mar. 2015. Disponível em:

[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao\\_cndc\\_lgbt\\_n12\\_2015\\_par\\_eccer\\_ref\\_identidade\\_de\\_genero\\_na\\_educacao.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015_par_eccer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**. Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Excitable speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1977.

BUTLER, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 159-179, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447/62615>  
Acesso em: 10 mar. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, M. S. História do currículo e das disciplinas: apontamentos de pesquisa. In: André Márcio Picanço Favacho; José Augusto Pacheco; Shirlei Rezende Sales. (Org.). **Currículo, conhecimento e avaliação**: divergências e tensões. Curitiba: CRV, 2013. p. 75-88.



FERREIRA, M. S. História do currículo e das disciplinas: produzindo uma abordagem discursiva para investigar a formação inicial de professores nas Ciências Biológicas. In: LEITE, Miriam Soares; GABRIEL, Carmen Teresa. (Org.). **Linguagem, discurso, pesquisa e educação**. Petrópolis/Rio de Janeiro: DePetrus/APERJ, 2015. p. 265-284.

FERREIRA, M. S.; MARSICO, J. Historicizar os currículos em tempos recentes: regulações e efeitos no ensino e na formação de professores em Ciências e Biologia. In: FERREIRA, Marcia Serra; CHAVES, Silvia Nogueira; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de; GASTAL, Maria Luiza de Araújo; BASTOS, Sandra Nazaré Dias (Org.). **Vidas que ensinam o ensino da vida**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2020. p. 165-179.

FERREIRA, M. S.; SANTOS, A. V. F. Discursos curriculares no/do tempo presente: subsídios para uma articulação entre a História e as Políticas de Currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Marcia Betania. (Org.). **Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 55-78.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JAEHN, L.; FERREIRA, M. S. Perspectivas para uma história do currículo: as contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 256-272, 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/jaehn-ferreira.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

LIMA, A. L. G.; GIL, N. L. Sistemas de pensamento na educação e políticas de inclusão (e exclusão) escolar: entrevista com Thomas S. Popkewitz. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n.4, p.1127-1151, 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n4/1517-9702-ep-42-04-1127.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

POPKEWITZ, T. S. Estudos curriculares, história do currículo e teoria curricular: a razão da razão. **Em Aberto**, Brasília, v. 33, n. 107, p. 47-68, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4555>. Acesso em: 1 maio 2021.

MARSICO, J.; FERREIRA, M. S. História do currículo do presente: investigando processos alquímicos no ensino de ciências para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, p. 837-855, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8660143>. Acesso em: 01 maio 2021.

MOREIRA, C. C. **Mares, currículos e criaturas marítimas: investigando políticas de acesso e permanência de pessoas transgêneras no ensino superior brasileiro**. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2020/dCatarina%20de%20Cassia%20Moreira.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.



PRECIADO, P. B. Texto junkie. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**. Crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

## FONTES DE ESTUDO

AMORIM, J. S.; REIS, D. D.; COUTINHO, F. A. Universidade das crianças: ciência, gênero e a produção da normalidade. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4649-4654. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

BASTOS, V. C. Saberes docentes e as questões de gênero no ensino de Biologia. **Revista do Ensino de Biologia da SBEnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 5980-5991. 2016.

Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

CABRAL, S. N.; SOUZA, M. L.; SOUZA, L. M.; SANTOS, B. R. L.; FIGUEIREDO, R. S.; CÔRTEZ, R. C. S.; SANTANA, F. X. S. “É bom para conscientizar as pessoas das coisas que não são para fazer”: o olhar das/os estudantes acerca do trabalho de temas relativos à sexualidade em um componente curricular na educação básica. **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 7028-7038. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

CARNEIRO, I. P.; GOMES, L. S.; BELENI, T. M.; MOREIRA, A. L. O. R. Relato de experiência: iniciando os desafios de um professor de ciência em formação a partir de uma oficina sobre sexualidade para o ensino fundamental. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 7441-7448. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

CARVALHO FILHO, E. G. Ser ou não ser: eis as questões (de gênero). In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 1412-1423. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

CASSAB, M.; AVELLAR, C. Mulheres na ciência: quando a formação docente se ocupa em discutir igualdade de gênero e ciência. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 4775-4786. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

CAVALCANTE, A. W. C.; MOTA, E. F. Gênero e sexualidade na prática docente de professores de ciências: investigação em uma escola pública de Fortaleza. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 2110-2119. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

COELHO, Y. C. M.; CASTRO, G. C. S.; MOURA, L. S.; VASCONCELOS, S. M. Conceitos de sexualidade: a percepção de escolares concluintes da educação básica de instituições públicas e privadas residentes em Belém, Pará. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 1713-1721. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)



COSTA, D. W. S.; SILVA, C. A. S. “Coisas que garotos devem saber”: sexualidade e subjetivação no ensino de ciências e biologia. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4386-4392. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FERNANDES, H. L.; FIGUEIREDO, B. A. Gênero, sexualidade e formação docente: reflexão e não diretividade para construção da autonomia. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 2210-2221. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FELICETI, M. L.; VIEIRA, C. F.; LOZANO, E. R.; FERRARI, F.; MASCARELLO, L. D. N.; KAIPER, E. Sexualidade e cuidados com o corpo: um olhar para a puberdade. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 5019-5030. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FIGUEIREDO, B. A. Delineamentos dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 2267-2277. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FIGUEIREDO, B. A.; FERNANDES, H. L. Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 3640-3649. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FOLINO, C. H.; REBELLO, T. J. J.; DUARTE, T. J.; ARAÚJO, L. M.; FONTES, R. G. O.; LAGE, D. A. Sexualidade na educação básica: uma abordagem visando à conscientização e à divulgação sobre DST. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 477-489. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FRANCO, R. A. G.; KATO, D. S. Mediação de professores de um cursinho popular: abordagem conceito de biodiversidade por meio de discussões de gênero e orientação sexual. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4073-4081. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

FRANCO, L. G.; MUNFORD, D. Relações de gênero na construção de noções sobre dimorfismo sexual no 1º ano do ensino fundamental. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 3601-3611. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

GONÇALVES, R. R.; GOUVÊA, G. Questões de gênero no material didático de um curso de Pedagogia a distância: invisibilidade da mulher. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4102-4111. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

GÔNGORA, A. B.; SILVA, H. S. Oficina sobre infecções sexualmente transmissíveis e sexualidade para adolescentes: um relato de experiência. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 4239-4249. 2016. Disponível em:



[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

LIRA, F. N. R.; RAMONEDA, F. M. M.; SILVA, R. L. F.; SCARPA, D. L. O Pibid no desenvolvimento de temática transversal: igualdade de gênero nas aulas de ciências. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 3739-3748.

Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

LIMA, W. S.; MEGLHIORATTI, F. A.; JUSTINA, L. A. D. A sexualidade pode ser trabalhada em sala de aula? O que dizem os documentos educacionais oficiais brasileiros. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 5461-5470. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

LIMA, A. K. M.; SANTOS, A. S.; GUERRA, T. S. L.; ROCHA, N. C.; LINDOLFO, V. L.; JÚNIOR, C. A. S. Ciência e sociedade: estereótipos de gênero e da profissão em sala de aula. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 5402-5411. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

LOPES, R. P. F.; VIEIRA, A. L.; FALCONI, T. M. G.; COSTA, Aline Nair Mende. Problematizando os padrões de gênero e sexualidade disseminados na sociedade - uma experiência no ensino fundamental II no âmbito do PIBID. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 1396-1404. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

MACHADO, L.; SELLES, S. E. Reprodução humana e sexualidade em livros didáticos de biologia: tradições curriculares em xeque. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 5395-5405. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

NASCIMENTO, A. P. F.; DORVILLE, L. F. M. Sexualidade e gênero na percepção docente. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 7256-7266. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

POLIZEL, A. L.; OKA, M.; MAIO, E. R. Adolescência e ritos de passagem: considerações sobre sexualidade nos livros didáticos. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 4402-4412. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

REIS, N.; FONSECA, L. C. S.; PINHO, R. Enlaces em conceito de gênero, formação docente e ensino de Biologia. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 3739-3750. 2016.

Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

REIS, N.; PINHO, R. Ensino de Biologia e gênero: o que dizem as narrativas não-binárias? In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 3716-3727. 2016. Disponível em:

[https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)



SALES, A. N.; BASTOS, S. N. D. Cinema na escola: roteiros para discutir gênero, sexualidade, etnia e muitas outras coisas. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 3650-3659. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SANTOS, H. S. S.; BRITO, M. R.; SILVA, C. A. S. Experimentações em aulas de Biologia: sistema reprodutor...sexualidade...e... In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v.9, p. 4219-4228. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SANTOS, H. S. S.; BRITO, M. R.; AUGUSTO, C. Processos de subjetivação no ensino de ciências: a sexualidade para além do sexo biológico no desenho animado ‘Os Pinguins de Madagascar’. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v.9, p. 4878-4887. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SILVA, M. P.; MIRANDA, M. A. G. C. A abordagem da sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental: análise dos relatos de professores de uma escola pública. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, p. 6321-6331. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SILVA, J. D. C.; KANOUTÉ, T. B. O caso de Rosalind Franklin e a fotografia 51: como as relações de gênero permeiam o empreendimento científico. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4706-4714. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SOUSA, J. M.; SILVA, Z. O.; SANTANA, R. N.; SILVA, C. M. M. S.; ROCHA, N. S. A. Transversalizando sexualidade e gênero em experimentações educativas em contextos de Clube de Ciências. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 4007-4013. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

SOUSA, P. R. S.; SILVA, J. R. F. Refletindo sobre os corpos: a importância da fundamentação teórica em sexualidade para a formação docente em Biologia. In: **REnBio**. Niterói, RJ: SBEnBio, v.9, p. 3328-3339. 2016. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

VIANA, L. S.; NASCIMENTO, R. S.; OLIVEIRA, E. S.; LIMA, C. S.; CANTANHEDE, A. M. Abordagem sobre sexualidade no contexto escolar na visão dos adolescentes. In: **Anais do VII ENEBIO/I EREBIO - Norte**. Belém: IEMCI, UFPA, v. 1, 2018. p. 5536-5545. Disponível em: [https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI\\_Enebio/VI\\_Enebio\\_completo.pdf](https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/VI_Enebio/VI_Enebio_completo.pdf)

Recebido em março de 2021.  
Aprovado em maio de 2021.

Revisão gramatical realizada por: Marcia Serra Ferreira  
E-mail: [marciaserraferreira@gmail.com](mailto:marciaserraferreira@gmail.com)

